

**01 a 03
Julho
2017**



CLIP PING

TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

SISTEMA CARCERÁRIO NO ESTADO

Prisões têm mais de mil mulheres

Mais da metade é jovem e pouco mais de 1% tem ensino superior completo. O tráfico de drogas é o crime mais comum entre detentas

Jéssica Cardoso

"Mãe, tua filha vai voltar. Promessas se cumprirão. E o que passou, passou". Esses são alguns dos versos que não saem dos lábios da manicure Monique Loyola de Nascimento, 27 anos, presa por tráfico de drogas, que não vê a hora de cantar a liberdade ao lado do filho, 8, que viu a mãe ser presa.

Ela é uma das 1.036 mulheres internadas no sistema prisional do Estado, pelos mais diversos crimes, que lutam para sobreviver à saudade e aos desafios da maternidade na cadeia e à solidão. De acordo com a Secretária de Estado da Justiça (Sejus), elas estão instaladas em cinco unidades pelo Espírito Santo. Mais da metade que chega é jovem e pouco mais de 1% tem ensino superior completo. O tráfico de drogas é o crime mais comum.

Juizes, defensores e inspetores afirmam que, diferentemente de parte dos homens presos, elas aceitam com mais facilidade a ressocialização para recomeçar longe do crime.

Na Penitenciária Feminina de Cariacica (PFC), às 6 horas, elas levantam com a Alvorada — o toque de despertar — tomam banho, café e se apressam para mais um dia de



DETENTA no alojamento materno diz que não é fácil criar o filho no presídio

trabalho, ou estudo, para continuarem de onde pararam. Algumas podem trabalhar fora da unidade, outras se empenham na fabricação de calçados infantis ou em atividades do cotidiano na penitenciária.

"Cinco anos e oito meses presa, e o trabalho é o que ocupa a minha mente. Ainda tenho uma opção de sustentar a minha família, e me preparar para a liberdade. Aqui não é nada fácil e o tempo parece uma eternidade", disse a manicure.

A interna contou que do lado de fora da cadeia, esperam por ela o filho de 8 anos e a mãe dela.

Mas há quem viva com os filhos dentro da prisão e conta os dias para se ver longe das grades. Segundo a Sejus, sete crianças vivem com as mães em unidades prisionais capixabas e costumam permanecer até os 6 ou 8 meses.

Uma jovem, 23, que não pode ser identificada, contou que entrou no tráfico por opção, mas tem pago um preço muito caro, vivendo com o bebê de 1 ano lá dentro. "Trafiquei, mas não escolhi isso para ele. É difícil ser mãe de um bebê na cadeia, porque não temos o apoio da família. Mas digo para ele que iremos sobreviver", afirmou.

ENTREVISTA MÃE PRESA

"Fui em busca de aventura"

Em entrevista à reportagem de A Tribuna, uma jovem, de 23 anos, que vive com o filho de 1 mês, dentro da Penitenciária Feminina de Cariacica, contou que escolheu o crime aos 15 anos.

A TRIBUNA - Como foi presa?

INTERNA - Morava em Vila Velha e tinha ido até uma rua escura, em Cariacica, para vender drogas com uma amiga. Uma rua muito escura. Nem sei como fui parar ali. Quando estávamos lá, a polícia surgiu, e minha amiga correu. Eu não tive para onde fugir. Mandaram colocar a mão na parede e eu fiquei ali, chorando.

> Por que o tráfico?

Amizades, que nem sei se posso chamar de amizades, mas sei que cada um faz o que quer. Eu tinha 15 anos. Fui em busca de aventura. Morava com os meus

pais. Não estudava, não trabalhava. Nada disso agradava.

> Já foi beneficiada com saída temporária?

Sim. A minha primeira "saída" foi muito marcante para mim. Na segunda, eu conheci o pai do meu filho e acabei engravidando. Por sorte, outra "saída" coincidiu com o dia do parto e a Justiça me concedeu mais dias em casa.

Quando o eu coloquei o pé lá fora, na primeira saída, eu nascido de novo. Eu vi que tudo tinha mudado, e eu não era mais a mesma.

> Como é cuidar de um filho na prisão?

Não é fácil. No começo, eu não sabia nem cuidar dele, e longe da família tudo fica mais difícil. Se não fossem as outras internas, nem sei como seria. Meu filho não merece passar por isso, mas digo a ele que iremos sobreviver, só faltam alguns meses.

"Estávamos lá (na rua), a PM surgiu, e minha amiga correu. Eu não tive para onde fugir. Fiquei chorando"

CASOS



Filho viu a mãe ser presa

Depois de passar cinco anos no regime fechado por tráfico de drogas, a manicure Monique Loyola de Nascimento, de 27 anos, contou que não esquece a reação do filho quando foi presa. "Entrei no crime por dinheiro. Meu filho viu a minha prisão e foi traumático para mim. Só consigo lembrar dele chorando. Mas agora que me encontro, só penso em mudança de vida. Quero mostrar ao meu filho o que é certo. Me arrependo", revelou a manicure à reportagem.



Detenta tem sonho de ser engenheira

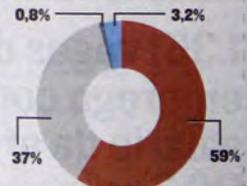
Leydiellen do Carmo Rodrigues, de 23 anos, trabalhando em uma fábrica de calçados, dentro da prisão, contou que foi presa junto com o companheiro. Segundo ela, ele atuava no tráfico de drogas, mas ela não sabia.

"Fui pega de surpresa, e fiquei sem reação. Fomos presos os dois juntos, e não tinha como eu explicar que não estava envolvida na situação e assumi o risco. Tenho tirado de tudo um aprendizado. Amadureci muito. Aprendi que tudo tem um tempo de espera. Espero sair daqui e cursar Engenharia Civil. Quero ser engenheira civil, assinar uma construção".

ESCOLARIDADE DAS DETENTAS

Raio X

Maioria das mulheres que entra no sistema prisional do Estado tem entre 18 e 34 anos e ensino fundamental incompleto.



LEGENDA

- Presas com idade entre 18 e 34 anos
- Presas com idade entre 35 e 60 anos
- Presas com mais de 60 anos
- Não informaram

ESCOLARIDADE

FASE DO ENSINO

Ensino Fundamental Incompleto:	47%
Ensino Fundamental Completo:	10,7%
Ensino Médio Incompleto:	22%
Ensino Médio Completo:	14%
Superior Incompleto:	1,6%
Superior Completo:	1,4%
Não informado:	3,3%

SISTEMA CARCERÁRIO NO ESTADO

“Sem visita, entrei em depressão”

Diferentemente dos homens presos, para os quais não é difícil ver uma fila de mulheres para a visita comum ou visita íntima, a realidade da maior parte das presidiárias é de solidão. “Sem visita, entrei em depressão. O que me ajudou foram os estudos”, disse uma interna, de 21 anos, que não pode ser identificada.

A presa é mãe de uma bebê de 8 meses, que está fora do sistema prisional, e de outra menina, de 23 dias, que convive com ela no alojamento materno-infantil da Penitenciária Feminina de Cariacica.

Assim como a maior parte das internas, cerca de 70%, segundo um estudo da Defensoria Pública do Estado, ela foi presa por tráfico de drogas. A circunstância foi quando o orçamento em casa apertou e o relacionamento com o companheiro acabou. “Eu estava separando. Foi nessa época que

embarquei no crime, sozinha” contou a presidiária.

Era tudo novo para a jovem. Se arriscou, e acabou na prisão com cinco dias de crime, em novembro do ano passado. “Trafiquei por cinco dias. Foram cinco dias que acabaram com a minha vida. Fui presa, no primeiro mês de gestação, e ainda deixei uma filha. Depois, as visitas não chegaram, e me senti abandonada”, relatou.

A Defensora Pública Mariah Soares Paixão acrescentou que essa é uma realidade muito presente entre as detentas. “O que sentimos é uma solidão muito grande por parte delas, apesar de trabalharem, estudarem. Elas se emocionam muito, mesmo sendo um atendimento jurídico. O índice de visitas íntimas é baixíssimo. Eu nunca recebi um homem na defensoria solicitando visita íntima”, destacou a defensora.

Elá acrescentou que para presas como a jovem, que deixam filhos em casa, a Defensoria entrou com diversos pedidos para prisão domiciliar, após a Justiça abrir um precedente para a mulher do ex-governador Sérgio Cabral, que deixou o presídio para cuidar dos filhos. “A maioria delas tem filho dentro das unidades, e a maior



INTERNA DE 21 ANOS, que cuida da filha de 23 dias no presídio, enquanto a outra, de 8 meses, está com sua família

parte mais de três filhos. O objetivo é atender mulheres que tem filhos menores de 12, em que o pai está preso, ou não tem pai registrado. Ponderando, o interesse da sociedade de ver o cumprimento da pena com o direito dessa criança de ter a mãe perto nos seus primeiros anos de vida”, concluiu.



“Trafiquei por cinco dias. Foram cinco dias que acabaram com a minha vida. Fui presa, no primeiro mês de gestação”

Quebra dos laços familiares

Para os inspetores penitenciários, as mulheres quando chegam ao sistema prisional são mais disciplinadas e tem mais empatia pela ressocialização. Mas “o principal desafio do encarceramento feminino é a quebra dos laços familiares”, disse a juíza Gisele de Oliveira.

Segundo a magistrada, coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais, esse rompimento ainda gera consequências como a precariedade em que ficam os filhos. Mas de uma forma geral, para a juíza as mulheres retornam ao presídio em menor proporção, quando comparadas aos homens. Levando em consideração, que o total de presas representa 5% de todos os presidiários.

“As mulheres costumam reincidir menos. Isso mostra que a mulher

que pratica um crime e vai para o cárcere tem mais chances de ressocialização. Esse universo mais reduzido, permite mais contato dos juízes com as encarceradas”, completou.

Para ajudar no retorno, em São Mateus, o juiz Antônio Facheti, re-

gumentou que se o preso ler uma obra literária por mês, em um ano ele pode ter direito a 48 dias de remissão na pena. “O objetivo é levar cultura e contribuir para que, ao sair, possa ter outra visão de tudo”, explicou.



JUÍZA GISELE DE OLIVEIRA diz que as mulheres têm mais chances de ressocialização e que reincidem menos no crime

Número de presas é estável

“Eu gostaria que universo masculino tivesse tão avançado quanto o feminino no sistema prisional, e a quantidade de mulheres encarceradas é o único percentual que não aumenta”. Essa foi a avaliação do secretário de Estado da Justiça, Wallace Tarcísio Pontes.

De acordo com o secretário, o intuito do governo é aperfeiçoar o que já vem sendo aplicado e considerou o fato de não haver falta de vagas. “Encontramos um sistema em uma posição boa, porque não há falta de vaga. Isso facilita muito o trabalho de ressocialização, porque as unidades encontram as condições exigidas por lei. Há uma



WALLACE Tarcísio Pontes: avanço

política interna de satisfação às atenções básicas dessas internas. Para grávidas ou lactantes, temos unidades preparadas, temos o alojamento materno infantil, com as condições para a criança, em um espaço humanizado. O desafio é aprofundarmos na ressocialização”, destacou.

O secretário salientou que tem tentado manter um maior número possível de presas trabalhando, hoje são 431, o que representa 41,6% das presidiárias trabalhando e estudando. Além disso, está buscando meios para ampliar, além de viabilizar novas unidades no Sul e no Norte do Estado.

VISITA

Ministra elogiou presídio feminino

Em visita ao Estado, há uma semana, a Ministra Cármen Lúcia esteve nas dependências do Presídio Feminino de Cariacica, conversou com as internas, e elogiou a unidade de capixaba.

Além do contato bem próximo com as presidiárias, a Ministra Cármen Lúcia quis saber sobre alimentação, trabalho, gestantes, verificou o prontuário de saúde, visitou a sala de aula, biblioteca, as celas de regime fechado e o local de banho de sol das internas, conhe-

cendo todo o funcionamento daquela unidade prisional feminino.

Escola, trabalho, alimentação. Tudo verificado por ela mesmo. “O presídio feminino tem uma condição especialmente boa, considerando não apenas a realidade do Brasil, mas mesmo em quaisquer outras condições. Temos um presídio apresentável que cumpre rigorosamente as normas constitucionais e de execuções penais”, declarou a Ministra Cármen Lúcia para a TV Justiça/ES.

ANÁLISE

“A maior parte enquadrada no tráfico ou associação”

“A maioria das presas do nosso sistema prisional é envolvida com o tráfico de drogas devido ao próprio marido ou envolvimento familiar pelo filho, irmão. A maior parte é enquadrada no tráfico ou associação, e outras por envolvimento em droga, acabam em crimes de furto e roubo. É comum a presença de presas com dependência química, essas costumam voltar ao sistema. Uma questão muito complicada de saúde pública.

Tirar uma pessoa que está no crack não é fácil. A presa tem que querer, dentro das possibilidades, porque as unidades femininas não estão superlotadas, então, trabalham e estudam, e se querem mu-

Viviane Barros Partelli Píoto Promotora do Ministério Público Estadual



dar de vida, têm oportunidade. Porém, o tratamento de droga hoje é deficitário por exigir uma equipe multidisciplinar, é caro. São poucos profissionais. Sem contar, que do lado de fora a situação também não muda.

Elas também sofrem com o abandono e algumas chegam a iniciar um relacionamento homoafetivo para suprir uma carência. Agora, o que leva muito as presas a repensar a vida delas é o afastamento e o sofrimento dos filhos. Ela vê o filho sofrendo do lado de fora, ela procurar mudar e a reincidência acaba menor por conta disso. A família é um fator muito importante para ressocialização”.

“Prende e solta” de bandidos deixa vítimas e policiais indignados

Série debate utilização da audiência de custódia na Justiça capixaba

Aproximadamente metade dos presos em flagrante no Espírito Santo são soltos durante a audiência de custódia e aguardam o julgamento em liberdade. Esse dispositivo legal defendido pelo Poder Judiciário causa indignação nas vítimas e também aos policiais que reclamam do chamado “prende e solta” da Justiça. Confira a primeira reportagem da série especial da jornalista Patrícia Scalzer sobre as audiências de custódia.

Para ouvir, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/07/prende-e-solta-de-bandidos-deixa-vitimas-e-policiais-indignados-1014073133.html

Justiça do ES começa a usar intimações por mensagem de celular

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/v/justica-do-es-comeca-a-usar-intima-coes-por-mensagem-de-celular/5980867/>

**Família protesta hoje
por prisão de acusado**

Familiares da pedagoga Rayane Luíza Berger, 23, morta em de junho de 2015, em Santa Maria de Jetibá, marcaram para hoje, às 8h30, protesto em frente ao Fórum da cidade, dia da audiência de instrução do julgamento do médico Celso Sampaio, acusado do crime.

“Queremos que o acusado fique preso”, disse a mãe da jovem, Clarice Berger. A morte dela foi tratada no início como acidente de carro.

Placa preta de carro de desembargador será trocada

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu que os carros de tribunais de todo o País devem substituir as placas especiais de fundo preto por placas comuns. Desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo criticaram a ordem e, após queixas, a instituição resolveu criar uma comissão interna para tentar manter as placas especiais.

No último dia 14, por e-mail, o presidente do tribunal paulista, Paulo Dimas, comunicou aos desembargadores. "Efeito reflexo dessa determinação será prestigiar a discrição e segurança dos motoristas e magistrados, não se vislumbrando prejuízo na rotina de transporte", afirmou.

Dimas acrescentou que abria diálogo com a Companhia de Engenharia de Tráfego para tentar isentar os carros do rodízio.

Em seguida, vieram críticas à decisão. "Aproveito para solicitar a suspensão da determinação da presidência a respeito da norma do CNJ, a qual traz desprestígio e insegurança aos magistrados", escreveu o desembargador paulista Luis Antonio Ganzerla.

"Há 365 desembargadores e cerca de 85 juízes substitutos, os quais estarão sujeitos a toda uma série de inseguranças em um trânsito caótico", completou, dizendo que o risco é pior para quem atua na área criminal.

CENTRAL CARAPINA

**Fugitivo
atira na
polícia e
acaba preso**

« Um fugitivo da justiça, de 26 anos, foi preso ao atirar contra policiais militares na manhã de ontem e acabar baleado pelos PMs, em Central Carapina, na Serra. Nenhum militar ficou ferido.

De acordo com a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Leonardo Left a Rodriguez, 26, fugiu do presídio de Xuri há 15 dias. Ele cumpria pena de 8 anos por vários crimes, inclusive homicídio.

Após a fuga, a polícia afirma que Leonardo montou um bando com aproximadamente dez criminosos e decidiu invadir a boca de fumo da gangue da vala, de Central Carapina.

O ataque seria na manhã de ontem. Mas ao chegarem no bairro, por volta das 8 horas, o grupo deparou-se com uma viatura da Polícia Militar. Leonardo atirou contra os policiais, que revidaram. O bando do acusado se dispersou e os bandidos fugiram correndo. Porém, Leonardo foi baleado com um tiro na nádega e outro na pantunilha. Ele portava uma pistola calibre 380 e três carregadores.

Ele foi encaminhado ao Hospital Jayme Santos Neves, onde permanece internado sob escolta policial. Segundo a polícia, o estado de saúde dele é estável. Os outros criminosos do bando de Leonardo não foram localizados. (Elis Carvalho)

TRIBUNA LIVRE



SALVADOR BONOMO

Exasperação de penas

O Poder Legislativo deve observar, rigorosamente, os parâmetros de controle de constitucionalidade, que defluem dos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, que, permeando o sistema jurídico, exigem que as leis sejam necessárias, adequadas ou conformes, coerentes, idôneas, equilibradas e justas, sob pena de ilegalidade, ou inconstitucionalidade.

Lamentavelmente, por razões diversas, os Poderes – o Executivo, ao executar, o Legislativo, ao legislar, e o Judiciário, ao julgar – são, em regra, ineficientes, pois inchados, onerosos e perdulários, em virtude do que, a partir de 1980, a criminalidade cresceu, sobretudo nos centros urbanos, cujos exemplos são os sequestros de Abílio Diniz e Roberto Medina, e o assassinato da atriz Daniella Perez.

Aliás, a prática de tais crimes motivou a inserção, no artigo 5º, inciso XLIII, da CF/88, dos hediondos: “A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos (...)”.

Sua inserção no texto constitucional ensejou invocá-lo sempre que perpetrados crimes horrendos, na ilusão de que o aumento de pena é a solução adequada para o combate à violência, como o fez, há pouco, o Senado, a título de resposta ao pânico do estupro coletivo no Rio de Janeiro.

Se justa fosse tal medida, não haveria crime, onde vige pena de morte! Solução racional é educação universal e qualitativa, e pronta punição, observado o devido processo legal. Urge planejamento, em vez de emergência atabalhoada!

A impunidade é questão pertinente à Polícia Judiciária, Ministério Público e Judiciário, que devem investigar, denunciar e julgar, em tempo razoável, como, em 1764, já lecionava Cesare Beccaria (1738-1794): “... quanto mais pronta for a pena e mais de perto

seguir o delito, tanto mais justa e útil ela será”.

Ruy Barbosa (1849-1923), em 1920, parainfando os formandos da Faculdade de Direito da Universidade do Largo de São Francisco (SP), censurando a morosidade, também averbou que: “Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”.

A morosidade é cruel (120 milhões de ações em 2015: 63% dormitavam nos escaninhos!), e a impunidade é incitante (60 mil homicídios por ano, ou seja, 10% dos homicídios praticados no mundo!), acrescida da circunstância de que cerca 90% dos homicídios não são apurados.

Entendo que, por si só, a lei não resolve problema. Seu cumprimento e execução dependem da capacidade e do caráter das autoridades que devem ser espelhos cristalinos, para, quando neles se mirar o povo, refletirem imagens límpidas. Aliás, em

**Destaco
que temos
cerca de 200
mil leis, só
federais, das
quais grande
parte é inútil**

vez de avançarmos para a construção de Sociedade civilizada, retrocedemos à antiguidade grega, pois, segundo Sólon (640 a.C.-558 a.C.): “As leis são como as teias de aranha que apanham os pequenos insetos, e são rasgadas pelos grandes”.

Concluo, destacando que temos cerca de 200 mil leis, só federais, das quais grande parte é inútil, o que explica a lição de Públio Tácito (55-120): “Quanto mais corrupto o Estado, maior o número de leis”; bem como o provérbio alemão: “Quanto mais leis, menos justiça”!

Salvador Bonomo é ex-deputado estadual e promotor de Justiça aposentado



DIVULGAÇÃO PCES

Preso ex-Polegar em São Paulo

Ricardo Costa foi preso no último dia 27, por não pagar pensão alimentícia para o filho de 9 anos. Ele deve mais de R\$ 12 mil.

“As dívidas apertaram de uns seis anos para cá. E, de tudo, o que mais me preocupa é a pensão, porque é a única coisa que dá cadeia”

RICARDO COSTA
Desabafo feito em abril deste ano

CRESCEM PRISÕES DE PAIS QUE NÃO PAGAM PENSÃO

Registros no 1º semestre já superam em 74% o total de 2016

de **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

Há quase um ano ela banca sozinha todas as despesas de seu filho, de 4 anos. O pai, que raramente vê a criança, só paga a pensão quando é acionado na Justiça. “A sorte é que trabalho e consigo manter o meu filho. Agora, imagina se não tivesse emprego?”, questiona a mãe sobre o descaso do ex-companheiro.

Situação como a dela é vivida por dezenas de mães em todo o Estado. Prova disso é o número de casos de pais que acabam presos por não pagar a pensão alimentícia a seus filhos. Os registros dos primeiros seis meses deste ano já são 74% maiores do que em todo o ano de 2016, segundo levantamento realizado pela Secretaria de Justiça (Sejus), que responde pelo complexo penitenciário do Estado.

No país, o caso mais expressivo aconteceu na últi-

ma terça-feira. O ex-integrante do grupo Polegar, Ricardo Costa, foi preso em São Paulo por causa de uma dívida em pensão alimentícia. O músico deve mais de R\$ 12 mil em pensão para o filho de 9 anos que teve com a primeira companheira.

EXTREMO

A defensora pública da 1ª Vara de Família de Cariacica, Elizabeth Erlacher Ramos, explica que a prisão é a última alternativa da Justiça, quando se esgotam todos os recursos. “É dado oportunidade de pagar, de parcelar, de justificar. Agora, o que não pode é a mãe suportar o encargo sozinha. Tem que ter ajuda e se não o faz, há uma sentença que é executada”, assinala.

Pode ser determinada a prisão por 30, 60 ou 90 dias. “Em geral fica por 30 dias”, relata a defensora. Ela acrescenta que o número de casos tem crescido, principalmente em ci-

dades como Cariacica, com uma população carente mais expressiva. Reflexo da crise que afeta o país, com o desemprego e até a redução dos postos de trabalhos informais. “Mas o guardião tem que buscar

AÇÃO

“Se perdeu o emprego, avise à Justiça. Mas arranje uma forma de sustentar a criança”

IVONE VILANOVA
ADVOGADA

uma alternativa. Abandonar o material é considerado crime”, assinala Elizabeth.

O problema, assinala a advogada de família Ivone Vilanova, é que muitos pais não informam a Justiça quando perdem o emprego. “Não é só avisar a mulher, tem que informar ao juiz”, pontua. Mas não basta isto, é preciso ainda que a pessoa viabilize alternativas para manter a criança: “Pede revisão da pensão, informa com quanto vai poder ajudar até arrumar emprego. O que não pode é a criança ficar com fome esperando o pai resolver a vida. Ela precisa subsistir.”

ABANDONO

Em geral, como relata a advogada Kelly Andrade, a recusa em pagar a pensão vem também acompanhada de abandono afetivo. “Tenho clientes que nem mesmo pedem para ver os filhos. Ou quando o

fazem, é apenas para tirar fotos para fazer justificativa no processo. Quem sofre é a criança”, conta.

São pais, relata ela, que iniciam uma nova vida, esquecem dos filhos e até negam informações para não pagar a pensão. “As vezes uma pesquisa nas redes sociais mostra que a situação é bem diferente”, diz.

E cita o caso de um pai devedor, que postava fotos em que ele estava presente em shows com entradas super caras. Outro, em novos empreendimentos bem sucedidos, com relatos de sucesso financeiro e viagens internacionais. “Nem sempre a alegação de falta de recursos é verdadeira. Eles é que não dão prioridade a pensão. Um desrespeito com o filho”, conta.

Algo que a mãe do garotinho de 4 anos conhece bem. “Já desisti de brigar. Ele só paga a pensão na marra e a Justiça demora muito para decidir”, desabafa.

DADOS**PRISÕES**

Número de pais presos no sistema prisional por não pagamento de pensão alimentícia.

- 2015 - 50
- 2016 - 39
- 2017 - 68 (até junho)

Fechado

O regime de prisão é fechado, por 1 a 3 meses, o que significa que o detido não pode deixar a detenção durante o período em que ficar recolhido.

Protesto

Quem não paga pode ter o nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito. Se não pagar ou justificar, o juiz pode determinar a inclusão do nome no cadastro de devedores.

NO ESTADO

Em busca de um pai: 100 filhos vão à Defensoria por mês para fazer DNA

Nos quatro primeiros meses deste ano foram 400 exames. A maioria foi parar na Justiça

RAQUEL LOPES
rllopes@redgazeta.com.br

O menino de 9 anos era registrado como Daniel da Conceição Alves, mas desde o ano passado após um teste de DNA, o sobrenome Amaral passou a fazer parte de sua vida. Uma mudança pequena no papel, mas que significa muito em sua vida. Ele agora tem a certeza de quem é seu pai.

Mas Daniel não é o único. O número de testes para descobrir a paternidade já chegou a 400 somente nos quatro primeiros meses deste ano, uma média 100 por mês. Deles, 310 exames que precisaram do auxílio da Justiça e 90 foram resolvidos apenas com a Defensoria Pública através do Programa "Quero Meu Pai".

Segundo o pai de Daniel, Gilmar Santos Amaral, ter a certeza da paternidade foi bom para ele e também para o filho. Na época, ele havia terminado um relacionamento e, pouco tempo depois, mudado de cidade. Tanto ele quanto a ex-companheira já estavam em outros relacionamentos.

"No fundo eu sabia que era meu filho. Quando o resultado foi apresentado eu fiquei aliviado e contente. Ele agora sabe quem é o pai e que carrega meu sobrenome. Tem muitas crianças que perguntavam se ele tinha pai e respondia que não, hoje meu filho pode dizer que tem um pai e uma mãe", comenta.

E não foi só no registro



FERNANDO MADEIRA

PROCURA

310

exames

É o número de testes realizados de janeiro a abril deste ano via Justiça.

ALÍVIO

"Quando saiu resultado fiquei aliviado e contente. Meu filho pode dizer que tem pai e mãe"

GILMAR AMARAL
PAI DE DANIEL

Gilmar afirma que é presença constante na vida do filho Daniel, de 9 anos, que também ganhou seu sobrenome

que as coisas mudaram. Gilmar explica que é presente na vida do filho e sempre procura estar com ele.

PROGRAMA

É a Coordenação Cível da Defensoria Pública do Espírito Santo que promove o reconhecimento de paternidade voluntário ou através de exames de DNA. Os testes são feitos através do Programa "Quero Meu Pai".

O coordenador cível da Defensoria Pública do Espírito Santo, Giuliano Valls, afirma que de forma extrajudicial o resultado fica pronto em até 50 dias.



ARQUIVO

Resultado dos exames fica pronto em até 50 dias

"Nós realizamos a audiência de conciliação como tentativa de reconhecimento amigável entre a Defensoria Pública e a parte envolvida. Desta forma, o processo é mais rápido e pode durar de 30 a 50 dias. No entanto, quando o pai se recusa a ir, precisamos levar o assunto para o judiciário", diz.

JUSTIÇA

O defensor público explica que após o homem se recusar a fazer o teste de DNA, a defensoria ingressa com ação judicial. Caso o suposto pai continue se recusando a reali-

zar o exame, é preciso reconhecer a paternidade por outras provas.

"O projeto garante que a criança tenha seu pai reconhecido na certidão de nascimento. Com isso, as crianças passam a ter direitos e deveres de um filho", comenta.

O projeto é de 2012, mas o defensor público informou que houve mudanças de organização interna na tentativa de atender o maior número possível e com rapidez. Atualmente, há um setor na Defensoria Pública para cuidar do assunto.

No ano passado, foram quase mil exames. A Defensoria informou que, em 2016, foram 216 exames extrajudiciais, que dependeram apenas da Defensoria, e 760 exames que tiveram a interferência da Justiça.

PASSO A PASSO

TESTE DE DNA

▼ Programa

Os exames são feitos através do Programa "Quer o Meu Pai", que funciona desde 2012 e coleta de materiais genéticos para análise.

COMO CONSEGUIR

▼ Primeiro passo

A pessoa com rendimento de até três salários mínimos deve procurar a Defensoria Pública. No entanto, caso comprovado que a pessoa com renda

superior a três salários mínimos tenha necessidade de realizar o exame, ele também será feito pelo órgão.

▼ Segundo passo

Na Defensoria, a pessoa é atendida por um de seus defensores públicos para investigação de paternidade ou maternidade. A data do exame é agendada e a Defensoria, então, providencia a coleta do material para a realização do exame.

▼ Terceiro passo

Como o material coletado é encaminhado ao laboratório, o resultado é obtido entre 30 e 50 dias. Depois do recebimento do laudo, pela Defensoria, ele é encaminhado à Vara competente que expedirá uma nova intimação às partes para ciência do resultado.

PATERNIDADE

▼ Justiça

O teste pode ser resolvido amigavelmente entre a

Defensoria pública ou ser encaminhado para a Justiça. No entanto, o pai pode se recusar a fazer,

DADOS

▼ 400 exames

O número de testes de DNA para descobrir paternidade já chegou a 400 somente nos quatro primeiros deste ano, de janeiro a abril. Os dados são da Coordenação Cível da Defensoria Pública do Espírito, que promove o

reconhecimento de paternidade voluntário ou através de exames de DNA.

EM 2016

▼ 976 exames

A Defensoria informou que, em 2016, foram 216 exames extrajudiciais, que dependeram apenas da Defensoria Pública, e 760 exames que tiveram a interferência da Justiça.

GARANTIAS

▼ Certidão de nascimento

O projeto garante que a criança tenha seu pai reconhecido na certidão de nascimento. Com isso, as crianças passam a ter direitos e deveres de um filho com o pai. Tanto na parte jurídica, como guarda e pensão, e também no aspecto psicológico, pois a criança vai ter direito a um pai e a carinho.

Fonte: Defensoria Pública

40 NAS SOMBRAS DO JOGO

ABUSO SEXUAL

INOCÊNCIA PERDIDA NO FUTEBOL

André Rodrigues
arodrigues@redgazeta.com.br

Eduardo Dias
edias@redgazeta.com.br

Natalia Bourguignon
nbourguignon@redgazeta.com.br

Nas terças, quintas e sábados, Miguel acorda cedo. Sempre às 6 horas. O objetivo? Ir em busca de realizar o seu maior sonho: se tornar jogador de futebol. O adolescente, pensando em dar um futuro melhor para a família, chega na escolinha 138 Unidos da Vale, em Vila Velha, para treinar. Antes de calçar a chuteira e vestir o uniforme do time para entrar em campo, ele é orientado pelo técnico José Luiz Teixeira Pereira a abaixar a bermuda ainda no vestiário. O treinador que agora toca em suas partes íntimas é o mesmo que lhe havia feito a promessa de levá-lo para um grande clube do futebol brasileiro. Miguel fica imóvel. Sem forças para fugir, o menino sofre nas mãos do agressor. O ritual aconteceu em quatro ocasiões.

Miguel foi abusado sexualmente pelo homem que dizia que iria ajudá-lo na carreira futebolística e, ao pedir para o agressor parar, ouviu: "Você tem que deixar. Estou investindo em você". Atormentado psicologicamente por conta das agressões sofridas, Miguel tem nesta história sua última lembrança do sonho de ser jogador de futebol. "Estava afilto, sem saber como escapar. Tinha medo. Ele pegava 'lá'".

Em 2014, mesmo ano em que o país sediou a Copa do Mundo, foi sacramentado um acordo para tentar impedir crueldades como a que abalou a família de Miguel. José Maria Marin, presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), assinou um documento em que a instituição se comprometia com o Congresso Nacional a pensar estratégias para batalhar contra o abuso sexual nas categorias de base de clubes brasileiros.

Porém, depois de três anos da validação, crianças e adolescentes continuam sendo violentados em escolinhas.

A violência, contudo, se torna motivo de piada entre os atletas. É o caso de Fernando, que trei-

nou com José Luiz Teixeira Pereira por um ano e quatro meses. Alvo de chacota entre os companheiros de time que desconfiavam da situação, o jovem passou a encontrar dificuldades em fazer amizades por conta de um bloqueio psicológico. Após ter recebido a notícia de que seu filho estaria sofrendo violência sexual, a mãe do garoto não conseguiu mais dormir durante a noite.

"Meu filho estava sofrendo. Felizmente ele foi maduro, me procurou para contar a situação e eu procurei os órgãos competentes para fazer a denúncia", pontuou.

Mas não é somente no Espírito Santo que o sonho de virar um jogador é transformado em um pesadelo cheio de traumas. O olhar preconceituoso e acobertador colabora para que denúncias sejam ocultadas em clubes tradicionais do futebol. No ano passado, por exemplo, após ser aprovado em um time grande de Minas Gerais, Marcos teria sido assediado por um olheiro da equipe. Aos 15 anos, o menino procurou junto com o pai o supervisor das categorias de base do clube para contar o ocorrido. O desabafo de nada adiantou. Na verdade, trouxe prejuízos ainda maiores para Marcos. Além de ser dispensado duas semanas depois, a informação chegou de forma pejorativa a outros jogadores.

"Eles ficavam rindo quando eu passava

perto deles. Foi muito zoadado por ter feito a denúncia com o meu pai. Achamos que a diretoria iria resolver o problema, afastar o rapaz que ficava me fazendo propostas sexuais, mas nada disso aconteceu. O homem não me tocou, ficou nas palavras, mas os atletas ficaram achando que tinha rolado algo", relata o adolescente que viu o sonho de chegar um dia ao Barcelona, da Espanha, ficar bem longe.

Após o fato, o futuro de Marcos ficou abalado e as propostas para atuar por outros clubes nunca mais surgiram. O jovem não se arrepende de ter feito a denúncia, entretanto, lamenta não ter sido ouvido.

"Estava morando sozinho lá na concentração do clube em Minas Gerais, minha família nem sempre tinha como me mandar dinheiro, e o homem achou que eu iria permitir a aproximação dele. Mas encontrei forças para rejeitar."

Isso mesmo. Marcos foi outra vítima de José Luiz Teixeira Pereira. O que trouxe conforto para o adolescente foi ver através da televisão o homem que o aliciou ser preso pela polícia capixaba por ter supostamente abusado sexualmente de outros atletas. Procurado pela reportagem, o advogado de José Luiz não quis se manifestar sobre o caso. Apenas informou que o acusado continua preso e o processo corre em segredo de justiça.

EDIÇÃO

Filipe Souza
Murilo Cuzzuol

ILUSTRAÇÃO

Arabson de Assis

DIAGRAMAÇÃO

Placidino Márcio

ORIGEM DO CRIME

Promessas

PERIGO VEM DE LONGE

Tudo começa quando um olheiro e um suposto empresário chegam para acompanhar a peneira. Eles, mal-intencionados, procuram escolinhas de bairros carentes para ir em busca de jovens talentos. Os abusadores escolhem um jovem e visitam a casa dos pais: "Levarei seu filho para tal lugar. Lá ele terá estrutura". Na nova cidade eles são violentados.



Ameaças

TÉCNICOS PRESSIONAM

Treinadores de escolinhas de base adotam um discurso amigável inicialmente para tentar ganhar a confiança dos garotos. Em alguns casos, quando o menino rejeita o contato, os molestadores tentam intimidar a vítima com ameaças mais diretas. Frases como "Se você não fizer, vou tirar você do time" ou "Só vou te levar para fazer testes se você deixar" são frequentes. Além disso, dirigentes acabam acobertando o ato.



AGAZETA
DOMINGO, 02 DE JULHO DE 2017

MAS SOMBRAS DO JOGO 41

“
Estava aflito, sem saber escapar. Tinha medo. Ele pegava 'lá'"
ADOLESCENTE
Vítima de assédio

“
É uma realidade no mundo do futebol, e resolvi enfrentar esse problema com o meu filho"
ADULTO
Pai de uma das vítimas

*MIGUEL, MARCOS E FERNANDO SÃO NOMES FICTÍCIOS.

OPRESSÃO

SILÊNCIO E PRÁTICA VELADA

“
Achamos que a diretoria iria resolver o problema. Isso não aconteceu"
ADOLESCENTE
Vítima de assédio

Violações sexuais são crimes corriqueiros no mundo do futebol. Tanto que muitos clubes, empresários, jogadores profissionais e dirigentes quando são abordados para comentar sobre o assunto preferem o silêncio. Para vários deles ainda é um tabu levantar debates sobre o tema. É o que tenta explicar o pai de uma das vítimas.

"É bem difícil conseguir apoio de alguém do meio futebolístico quando se faz denúncias assim. Ao invés de apoio, depois o que encontramos são portas fechadas. Mas nossa função é denunciar e colocar esses caras na cadeia mesmo. O pior é que a maioria das pessoas famosas que podem ajudar pensam: 'Se ninguém fala, eu que não vou me comprometer também'. É uma realidade no mundo do futebol e resolvi enfrentar com o meu filho. Tenho que ser exemplo", comentou.

Pouco fiscalizada, a fábrica que prepara futuros jogadores segue produzindo feras da modalidade e mantendo suas abominações escondidas.

"Hoje acredito que temos que fazer a diferença na vida dos meninos. Se meu filho passou por isso, espero que outros não venham passar. Os pais não podem confiar em ninguém. Parece algo distante, coisa de filme, mas infelizmente acontece", afirmou.

Os relatos narrados e os números comprovam que essa é a mais dura realidade das categorias de base dos clubes brasileiros. Na verdade, os crimes cometidos pelos molestadores no "outro lado da bola" ainda estão bem distantes de serem obras do cinema ou da ficção.

VITOR JUBINI

10

VÍTIMAS

Segundo apuração, o ex-técnico da escolinha 138 Unidos da Vale, de Vila Velha, José Luiz Teixeira Pereira, teria assediado e abusado sexualmente de 10 atletas.

Dinheiro

DENTRO DAS CONCENTRAÇÕES

Um problema que costuma assombrar adolescentes nos alojamentos dos clubes. Como moram nos locais, os atletas se tornam presas fáceis para dirigentes e empresários, que oferecem a eles dinheiro em troca de sexo. Como os jogadores vêm, em sua maioria, de família carentes, acabam se sujeitando para poder comprar materiais esportivos e até comida.



181

DENÚNCIE

Denuncie casos de violação de direitos de crianças ou adolescentes, especialmente em casos de abuso sexual. A denúncia é anônima e o serviço, gratuito.

Mãe do ES separa parte do salário para sustentar vício do filho e pede à Justiça internação

Aposentada de 61 anos vive drama da dependência química do filho há 20 anos. Ela diz ter medo de que ele acabe preso ou morto por roubar e, por isso, dá dinheiro.

o desespero de uma mãe que cuida há mais de 20 anos do filho usuário de álcool e crack fez com que ela buscasse interná-lo contra a vontade dele. O medo de que ele fosse preso ou morto por roubar fez a aposentada de 61 anos chegar ao extremo de separar uma parte do salário mínimo que ganha para sustentar o vício do filho.

A mãe, que não quis ser identificada, acredita que a única saída agora seja a internação por meio da Justiça, já que o rapaz se nega a fazer o tratamento. Sem que ele saiba, ela já iniciou o processo. Há mais de um ano ela aguarda uma resposta.

“Eu amo meu filho de todo o coração. Não quero enfiar ele numa clínica pra ninguém maltratar, e sim para tratar. Ele nunca quis se tratar. O meu filho precisa de tratamento. E ele precisa antes de ele morrer, antes que alguém venha e mate ele”.

Durante muitos anos, ela ia atrás dele nas ruas de Vitória para levá-lo de volta para casa. Parou de frequentar um dos locais de uso de crack depois que foi ameaçada num local próximo à Ponte da Passagem, que liga as avenidas Reta da Penha e a Fernando Ferrari. Por chamar a atenção de policiais, disseram que ela e o filho seriam mortos se as visitas continuassem.

A aposentada conta que o filho, de 37 anos, cometeu vários furtos dentro de casa e na casa de familiares. Eletrônicos, bujão de gás, torneira, ferramentas e até comida já foram trocados por droga.

“Ele não consegue ficar nem com um real na mão. Nem se arranjam um trabalho para ele. Se ele trabalhar, ele vai receber o primeiro mês e vai gastar com droga. Ele precisa ficar internado por muito tempo para se recuperar”, diz a mulher.

Com os trabalhos que realizou ao longo da vida, o dependente químico conseguiu fazer o resgate do FGTS no mês de março deste ano. O dinheiro, cerca de R\$ 1,5 mil, durou dois dias.

“Ele recebeu numa sexta-feira de manhã. Chegou no domingo aqui falando: ‘Mãe, a senhora não tem um real para me dar?’”.

A situação do filho ao longo dos anos causou uma depressão profunda na aposentada, que precisa de medicamentos. Mesmo assim, ela não pensa em desistir, nem em pôr o filho fora de casa, porque acredita que essa atitude não vai resolver o problema.

“Ele fala: ‘eu acho que comigo não tem jeito. Para mim, ou vou morrer ou vou para cadeia’. Eu falo: ‘tem jeito sim, filho, é só você querer, enquanto a gente estiver em vida, tem jeito’”.



Com prejuízo e sem aluguel

Donos que alugam seus imóveis residenciais estão enfrentando dificuldades na Grande Vitória. Além de terem de reduzir o valor, muitos têm de acionar a Justiça para despejar inquilinos que pararam de pagar o valor acordado para a moradia e o condomínio. Uma das principais justificativas é a perda do emprego.